



2º Simulado Especial

MP RJ

Analista do Ministério Público

Área: Processual

Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial MP-RJ (Analista do Ministério Público - Área Processual)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista do Ministério Público - Área Processual do MP-RJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FNG21f7sd3zQwCPs5>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/gveE>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

1. Assinale a opção em que a primeira frase mostra uma ideia de causa.

- a) O governo decretou estado de emergência devido às fortes chuvas do sábado passado.
- b) Percebendo o alarde da multidão, o artista terminou o show antes do horário previsto.
- c) A participação feminina na política aumentou graças à mudança na legislação.
- d) As obras não foram concluídas por atraso no repasse de verbas do governo federal.
- e) As autoridades abriram um inquérito após ameaças de morte divulgadas na internet.

2. Observe o seguinte texto abaixo:

“O Pampa gaúcho abrigou, há 260 milhões de anos, um parente longínquo dos mamíferos. Batizado de *Tiarajudens eccentricus*, o animal representa o registro mais antigo de uma estrutura dentária sofisticada: com incisivos, molares e caninos. Graças aos diferentes tipos de dentes, ele podia cortar e mastigar alimentos, um luxo que ampliou drasticamente sua dieta. O fóssil de São Gabriel, cidade a 325 quilômetros de Porto Alegre, também surpreendeu os cientistas por exibir caninos em forma de dentes de sabre. O *Tiarajudens* era herbívoro.”

Segundo a estrutura desse pequeno texto, podemos classificá-lo como

- a) argumentativo.
- b) descritivo.
- c) didático.
- d) narrativo.
- e) informativo.

3. Entre as frases abaixo, assinale aquela em que o vocábulo “mais” exemplifica uma classe gramatical **diferente** das demais frases.

- a) Nós não queremos mais aquele pensamento retrógrado.
- b) As frutas e verduras estão mais caras no supermercado.
- c) Da próxima vez, chegue mais cedo no local de trabalho.
- d) Algumas cidades receberam mais recursos do governo federal.
- e) Amar é a coisa mais inteligente que podemos experimentar.

4. Assinale a frase em que a troca de posição de palavras não provoca mudança de sentido.

- a) Num belo dia, resolvi passear no parque. / Num dia belo
- b) Este é um simples problema entre duas pessoas. / um problema simples
- c) Um alto funcionário da ONU chegou ao Brasil. / Um funcionário alto
- d) Ontem foi flagrado um falso policial no batalhão. / um policial falso
- e) As medidas atuais do governo estão em xeque. / As atuais medidas

5. Em todas as frases abaixo, um determinado conector foi substituído por outro com o mesmo significado.

Assinale a opção em que essa substituição foi feita corretamente.

- a) A tecnologia avançou muito, no entanto muitos ainda estão à margem disso tudo. / ainda assim
- b) A sirene de incêndio tocava sem parar, só que os moradores não saíam do prédio. / por conseguinte
- c) Ainda que haja reajuste salarial, os funcionários irão continuar a greve. / porquanto
- d) Gosto de todo tipo de música, contanto que seja boa. / uma vez que
- e) À medida que se aproxima as eleições, os políticos aparecem mais nas ruas. / já que

6. Assinale a opção em que o termo “o” sublinhado se refere a um termo anteriormente citado.

- a) Gostava de ajudar as pessoas no que estivesse ao alcance dela.
- b) A população sabe bem o que quer para o país.
- c) O projeto de lei não era o que estava programado na agenda política.
- d) A arte não é o que você vê, mas o que você faz os outros verem.
- e) Comprei o ingresso para o show, mas não era o que estava mais barato.

7. Os adjetivos podem representar estados, características, qualidades ou relações; assinale a frase abaixo em que o adjetivo sublinhado indica uma qualidade.

- a) O aumento da inflação gerou um efeito perverso.
- b) Hoje o dia amanheceu ensolarado.
- c) Está tudo tão confuso nesses dias.
- d) Nem percebi que eu calcei uma meia furada.
- e) Na cerimônia, exige-se o uso de terno preto.

8. “Indaguei se não houve algum imprevisto”.

O vocábulo SE aparece com a mesma função em:

- a) Não se esqueça de desligar o computador.
- b) João e Maria se casaram ontem à noite.
- c) A assembleia decidiu se as normas estão valendo.
- d) Abriu-se a porta do shopping às 10 horas da manhã.
- e) Na Antiguidade, já se precisava de advogados.

9. Assinale a frase em que o acento grave da crase está empregado corretamente.

- a) Chegarei à Manaus ainda nesta noite.
- b) Não deram qualquer satisfação à João.
- c) Comprou o carro novo à prestação.

d) O banco devolveu às quantias pagas indevidamente.

e) Viajaremos daqui à cerca de duas semanas.

10. Um famoso escritor falou sobre amor:

Muito pouco ama, quem com palavras pode expressar quanto muito ama.

A frase é atribuída a Dante Alighieri, que escreveu a obra “A Divina Comédia”. Com essa frase, o autor quer fazer sugerir que

- a) aquele que vive de falar de amor não entende nada.
- b) as palavras são a maneira mais eficaz de comunicar o amor.
- c) nunca se deve dizer “eu te amo” de forma precipitada.
- d) o amor se traduz em algo maior do que as palavras.
- e) amar de verdade se manifesta mais em versos do que em ações.

11. Assinale a frase em que a expressão “é que” faz parte da estrutura da frase e não é simplesmente uma expressão de ênfase.

- a) A expectativa é que os resultados sejam positivos.
- b) Os lugares é que foram marcantes na minha vida.
- c) Quanto é que você acha que vale esse carro?
- d) O medo de todos é que fica cada vez maior.
- e) Aquilo é que estava certo.

12. Assinale a frase em que a grafia do termo sublinhado está correta.

- a) O filme é longo, mais também é muito interessante.
- b) Você agiu assim por que não tinha outra opção, não é?
- c) Eu nunca fui tão destratado em toda minha vida.
- d) É muito mal que ele tenha feito isso.
- e) Passei a estudar toda noite afim de passar naquele concurso.

13. A coerência de um texto é construída também por meio de retomadas, de tipos variados, de outros elementos. Assinale a opção em que a retomada do termo sublinhado é feita por meio de um elemento de classe gramatical diferente dos demais.

- a) Há anos não encontrava com seus velhos amigos, mas os viu ontem no restaurante.
- b) A gente, de jornal, devia fazer como a de rádio: arranjar um patrocinador.
- c) Terminei de ler um livro de culinária, no qual o autor ensinava a fazer pão doce.
- d) O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem.
- e) Sua grande fascinação é a Bahia; ali vive há muitos anos.

14. A frase abaixo em que as duas palavras sublinhadas mostram acento gráfico devido à mesma regra, é:

- a) A vitória persiste em superar os obstáculos.
- b) Não existe impossível para quem sabe onde fica a saída.
- c) Ela já comprou um sofá novo para o quarto.
- d) O menino pôs-se a chorar, e todos ficaram com dó.
- e) As estações do ano caíam em círculos infinitos.

15. Assinale a frase em que a passagem da voz ativa para a passiva com auxiliar foi feita de forma adequada.

- a) Incêndio atinge área de preservação ambiental. / Área de preservação ambiental foi atingida pelo incêndio.
- b) A criança contrariava as ordens dos pais. / As ordens dos pais foram contrariadas pela criança.
- c) Nós distinguíamos as pegadas na areia. / As pegadas na areia eram distinguidas por nós.
- d) Não sabia se Ana ainda amava João. / Não sabia se João fora amado por Ana.

e) A plateia já tentava reproduzir a coreografia. / A coreografia reproduzida era tentada pela plateia.

16. Assinale a opção em que a relação lógica entre os segmentos da frase se encontra corretamente indicada.

- a) Como todos estão cientes, / a prova começará às duas horas da tarde. – relação de comparação
- b) A viagem foi longa e cansativa; / a paisagem, no entanto, era tão linda que valeu a pena o esforço. – relação de explicação
- c) Para que ninguém acordasse, / a mãe andava de meia por toda a casa. – relação de causa
- d) Enquanto aguardavam o ônibus, / todos permaneciam em silêncio na fila. – relação de tempo
- e) Salvo se houver algum imprevisto, / viajaremos todos juntos nas férias. – relação de concessão.

17. Assinale a frase abaixo que não exemplifica a substantivação de um adjetivo.

- a) Esses magros não aguentam nem o sopro do vento.
- b) A cheia inundou as casas perto do riacho.
- c) Acha que vai se livrar aquele corrupto.
- d) O virtuoso coloca os outros antes de si mesmo.
- e) Para disfarçar, deu o sorriso mais amarelado que podia.

18. A frase abaixo em que a concordância verbal está inadequada, é:

- a) Deve ter passado muitos dias sem ter notícias dela.
- b) Quantos anos havia quando você se mudou para cá?
- c) Há de fazer duas horas que eu cheguei em casa.
- d) Está fazendo trinta anos do lançamento do primeiro *Macintosh*.
- e) Deve ir uns dez anos que aqui não chove.

19. Assinale a opção que indica a frase em que a preposição A – sozinha ou combinada - tem valor semântico diferente dos demais.

- a) Quando chegaram ao bosque, o sol ainda estava bem quente.
- b) Eles foram à praia do Leme no verão passado.
- c) Todos estavam à mesa discutindo sobre os últimos acontecimentos.
- d) O bando realizou um ataque surpresa aos moradores do bairro.
- e) Era grande a expectativa para que o menino regressasse ao seu país.

20. Assinale a opção que mostra uma premissa seguida de uma conclusão.

- a) A reforma do parque começará, uma vez que os recursos cheguem.
- b) Nada disso é gratuito, na medida em que alguém está pagando a conta.
- c) A turma viajará amanhã cedo, e todos estão arrumando as malas hoje.
- d) Não participaram do protesto, visto que o trânsito estava pesado.
- e) A situação era crítica: o incêndio se espalhou rapidamente.

21. Assinale a frase expressa em linguagem lógica.

- a) O futuro é um labirinto para quem não sabe o que quer.
- b) Como um rio que corre sem parar, assim é o tempo presente.
- c) As páginas da vida são sempre repletas de surpresas
- d) A arte limpa da nossa alma toda a poeira do dia a dia.
- e) Surpreender-se-ão eles quando a verdade for revelada.

22. Em uma de suas crônicas, Carlos Heitor Cony escreveu: *“Para definir o jornalismo literário, vamos começar pelo substantivo, que é jornalismo,*

deixando o adjetivo para depois. O que é o jornal? É um periódico, uma coisa feita de período em período”.

Como ocorre em todo ato comunicativo, a linguagem nele empregada mostra uma função predominante; neste caso, a função predominante da linguagem é

- a) metalinguística, pois concentra o foco no significante linguístico.
- b) fática, pois focaliza o contato social entre os interlocutores.
- c) referencial, pois reproduz dados da realidade.
- d) conativa, pois seu interesse está no convencimento do leitor.
- e) emotiva, pois se dirige às emoções do emissor.

23. Uma antítese é um tipo de linguagem figurada em que ocorre a presença de duas palavras de sentido oposto; a frase abaixo em que **NÃO** ocorre a presença de uma antítese é:

- a) É melhor prevenir cedo do que remediar tarde.
- b) Cuidado: o barato pode sair caro.
- c) O egoísmo é a raiz da discórdia; o altruísmo, a semente da união.
- d) A paixão mora entre o amor e o ódio.
- e) Enquanto houver a luz da vida, o pôr do sol jamais chegará.

24. Assinale a frase em que a classe gramatical do vocábulo “que” está corretamente indicada.

- a) Estava confiante de que tudo daria certo no final. / preposição acidental
- b) Esta é a razão por que devemos ter esperança. / pronome relativo
- c) Aquelas esculturas são feitas de quê? / interjeição
- d) Sua voz tem um quê de barítono. / pronome interrogativo
- e) As músicas de que mais gosto são aquelas que me fazem dançar. / conjunção integrante

25. Observe o texto.

Ele só começou a ter esse comportamento agressivo graças à negligência dos pais. A fim de evitar essa agressividade, a família poderia ter conduzido melhor o processo de disciplina.

Assinale a opção em que se verifica uma inadequação do texto, bem como sua correta fundamentação.

- a) A relação semântica está mal construída, na medida em que o elemento conectivo mostra um efeito negativo.
- b) O nexos causal é de causalidade, na qual um evento decorre da ocorrência de um fato anterior.
- c) O elemento “A fim de” equivale a “com vistas a”.
- d) Seria adequada a substituição de “de disciplina” por “disciplinar”.
- e) O pronome “esse” permite inferir uma noção de agressividade anteriormente mencionada.

26. Assinale a alternativa em que há respeito ao paralelismo sintático:

- a) Pelo aviso circular, recomendou-se aos departamentos economizar energia e que elaborassem planos de redução de despesas.
- b) O projeto visa melhorar o atendimento ao público e eficiência nos processos internos.
- c) A reunião abordou temas como a implementação de novas políticas, revisão dos procedimentos atuais e como melhorar a comunicação interna.
- d) Os funcionários foram instruídos a preencher os formulários, entregar os documentos necessários e participarem do treinamento obrigatório.
- e) O treinamento objetiva capacitar os colaboradores, aprimorar habilidades técnicas e desenvolver competências interpessoais.

27. Observe a sentença a seguir:

Ler está para a mente assim como exercitar-se está para o corpo.

O sentido é construído sobre:

- a) um contraste;
- b) uma metáfora;
- c) uma analogia.
- d) uma explicação.
- e) um exemplo ilustrativo

28. A ambiguidade é uma situação em que uma palavra, frase ou expressão pode ser interpretada de mais de uma forma, podendo levar a um significado diferente. Assinale a alternativa em que não ocorre ambiguidade:

- a) Professor e aluno debateram muito; este, inclusive, se descontrolou.
- b) A demissão do gerente causou mal-estar na empresa.
- c) Encontramos o cachorro estressado sob a cama.
- d) O policial nega ter agredido o ladrão em sua casa.
- e) Eles são empresários de jogadores muito promissores.

29. Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no participio.

Assinale a opção que mostra uma forma inadequada de participio.

- a) pagar / pagado e pago.
- b) entregar / entregado e entregue.
- c) imprimir / imprimido e impresso.
- d) chegar / chegado e chego.
- e) expressar / expressado e expresso.

30. Sofismas ou Falácias são raciocínios inválidos ou enganosos que parecem corretos à primeira vista, mas que, ao serem analisados mais detalhadamente, revelam-se falhos. Elas podem ser utilizadas de maneira intencional, para enganar ou manipular, ou de maneira acidental, por falta de conhecimento sobre lógica ou argumentação.

Tendo esse conceito em vista, considere o seguinte argumento: *"Todos os grandes escritores leem compulsivamente. Carlos lê compulsivamente, portanto ele deve ser um grande escritor."*

Assinale entre as alternativas abaixo um comentário adequado sobre uma falácia contida no raciocínio exposto.

- a) Apelo à autoridade - O argumento utiliza a opinião de uma figura de autoridade para validar uma afirmação. Exemplo: "O renomado cientista Dr. Smith afirma que a teoria é verdadeira, portanto deve ser verdade."
- b) Generalização apressada - Extrapolando uma conclusão a partir de uma amostra não representativa. Exemplo: "Experimentei um restaurante chinês ruim, logo todos os restaurantes chineses devem ser ruins."
- c) Argumento ad hominem - Ataca o caráter ou a credibilidade da pessoa que faz o argumento, em vez de refutar o argumento em si. Exemplo: "Não podemos aceitar as propostas do político X, pois ele é conhecido por ser corrupto."
- d) Falsa dicotomia - Apresenta apenas duas alternativas como se fossem as únicas possíveis, ignorando outras possibilidades. Exemplo: "Se não apoiar essa medida, você é contra o progresso da nação."
- e) Causa falsa - Assume erroneamente que uma coisa é a causa de outra sem evidências adequadas para tal afirmação. Exemplo: "O aumento no consumo de sorvete está relacionado ao aumento no número de afogamentos."

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

31. É dada a afirmativa:

"Se o jogador marcou gol, então não está fora de forma."

Para cada uma das três afirmativas a seguir, assinale "V" se a afirmativa for logicamente equivalente à afirmativa dada e "F" se a afirmativa não for logicamente equivalente à afirmativa dada.

- I. Se o jogador não marcou gol, então está fora de forma.
- II. Se o jogador não está fora de forma, então marcou gol.
- III. Se o jogador está fora de forma, então não marcou gol.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente,

- a) V, V e F.
- b) F, V e F.
- c) F, F e V.
- d) F, V e V.
- e) V, V e V.

32. Em uma fábrica de componentes eletrônicos, 90% dos chips produzidos passam no teste de qualidade inicial, enquanto 10% são reprovados. Dentre os chips aprovados, 95% estão realmente em perfeito estado de funcionamento, enquanto 5% apresentam defeitos ocultos. Dentre os chips reprovados, 80% possuem defeitos reais, enquanto 20% estão na verdade funcionando corretamente (falsos positivos).

Considerando toda a produção dessa fábrica, a porcentagem de chips que realmente apresentam defeitos é:

- a) 82,50%
- b) 75,00%
- c) 35,50%
- d) 27,50%
- e) 12,50%

33. Três investidores possuem ações em uma empresa com os seguintes valores: André com R\$ 35.000, Beatriz com R\$ 45.000 e Carlos com R\$ 64.000. Carlos decide redistribuir parte de suas ações para que todos fiquem com o mesmo valor investido. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) André recebeu R\$ 10.000 a mais que Beatriz
- b) Carlos ficou com R\$ 14.000 a menos
- c) André recebeu exatamente R\$ 12.000
- d) Carlos reduziu seu investimento em um terço
- e) Beatriz recebeu R\$ 4.000

34. Um robô está realizando movimentos sequenciais de mesmo comprimento em uma direção retilínea. Cada movimento pode ser para o lado positivo (+) ou negativo (-) da linha, independentemente da direção do movimento anterior. O robô inicia sua jornada na posição zero.

Após executar exatamente quatro movimentos, o robô retorna precisamente à sua posição inicial (zero). O número de sequências distintas de movimentos (+/-) que satisfazem esta condição é:

- a) 4
- b) 6
- c) 8
- d) 12
- e) 16

35. Em um estádio de esportes há 12 setores de arquibancadas. O primeiro setor possui 12 assentos, e cada setor seguinte tem um assento a mais que o anterior.

Para um evento especial, os espectadores podem ocupar qualquer setor, mas não podem se sentar em assentos vizinhos dentro do mesmo setor.

O número máximo de espectadores que podem assistir ao evento neste estádio é:

- a) 102

- b) 104
- c) 108
- d) 110
- e) 112

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

36. No Explorador de Arquivos do Windows é possível manipular arquivos e pastas. Sobre os modos de exibição disponíveis, marque aquele que exibe uma barra horizontal de navegação, caso seja necessário:

- a) Ícones Grandes
- b) Ícones Extra Grandes.
- c) Lista.
- d) Ícones Pequenos
- e) Ícones Médios

37. No Word, temos dois tipos de notas: a Nota de Fim e a Nota de rodapé. A Nota de Fim vem no fim do documento e a nota de Rodapé vem no:

- a) Rodapé.
- b) Fim da página, acima do rodapé.
- c) No canto inferior direito da página obrigatoriamente
- d) Comentário.
- e) Macros.

38. No Word, a tecla de atalho para a inserção de uma quebra de página é:

- a) CTRL + P
- b) CTRL + ENTER
- c) ALT + ENTER
- d) ALT + P
- e) SHIFT + ALT + CTRL

39. Na funcionalidade de Formatação Condicional do Excel, encontramos vários recursos para que o usuário possa aplicar efeitos visuais e de formatação em geral em suas planilhas obedecendo a regras e condições pré-definidas. Das letras abaixo, marque a que não está dentre as opções ofertadas nesse menu.

- a) Inserção de Alertas
- b) Realçar Regras das Células.
- c) Regras de Primeiros/Últimos
- d) Barras de Dados
- e) Escalas de Cor

40. Política de senha é uma preocupação constante nas empresas e órgão em geral. Sobre esse assunto, é correto afirmar que:

- a) Senhas devem ser compartilhadas entre funcionários para facilitar o acesso aos programas.
- b) Uma senha única deve ser utilizada pelo usuário para o seu acesso a todos os programas e plataformas, pois facilita a memorização.
- c) Senhas são pessoais e intransferíveis
- d) Senhas devem conter apenas números ou letras, mas devemos evitar misturá-los.
- e) Senhas não devem ser case sensitive.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Tiago Zanolla

41. Conforme o Decreto nº 2.479/1979, sobre o instituto da readaptação no regime estatutário dos servidores do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta:

- a) A readaptação ocorrerá exclusivamente por iniciativa da Administração, sendo vedado o pedido do servidor.

b) A readaptação será sempre precedida de perícia médica oficial e observará a compatibilidade entre as limitações do servidor e as atribuições do novo cargo.

c) A readaptação implica, obrigatoriamente, a mudança de cargo e de quadro funcional, mesmo que dentro da mesma secretaria.

d) A readaptação é medida excepcional e será aplicada apenas nos casos de demissão por incapacidade física.

e) Após a readaptação, o servidor perderá o tempo de serviço anterior no cargo original.

42. Durante um ciclo de visitas institucionais às Promotorias de Justiça do interior do estado, a Subprocuradora-Geral Administrativa identificou uma necessidade recorrente: a carência de apoio técnico especializado em determinadas áreas, dificultando a atuação uniforme e eficiente dos órgãos de execução. Para enfrentar esse desafio, sugeriu o fortalecimento de um órgão do MP-RJ voltado ao intercâmbio entre Promotorias que atuem na mesma temática, bem como à articulação com entidades públicas e privadas para captação de subsídios técnicos.

Diante do exposto, à luz da LC nº 106/2003, o órgão mais adequado para cumprir essa função é:

a) A Comissão de Concurso, por seu caráter técnico e integração com o Conselho Superior do Ministério Público.

b) Os Centros Regionais de Apoio Administrativo e Institucional, pois são responsáveis por promover o intercâmbio técnico entre os órgãos de execução.

c) Os Centros de Apoio Operacional, pois têm como uma de suas atribuições o intercâmbio técnico e a articulação com entidades públicas ou privadas.

d) O Conselho Superior do Ministério Público, por sua competência de natureza consultiva e deliberativa.

e) A Ouvidoria do MP-RJ, cuja função é captar demandas sociais e orientar os órgãos de execução quanto a procedimentos técnicos.

43. Durante inspeção anual realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constatado que uma fundação privada, sujeita à fiscalização do Ministério Público, não apresentou sua prestação de contas anual, além de ter alienado um bem imóvel sem qualquer comunicação prévia ao MP-RJ. O Promotor de Justiça responsável, ciente da omissão e da irregularidade, decidiu adotar as providências cabíveis.

Considerando a Lei Complementar nº 106/2003, é correto afirmar que o Promotor:

- a) Deve comunicar o fato ao Procurador-Geral de Justiça, que é o único competente para fiscalizar as fundações privadas.
- b) Pode emitir parecer prévio vinculante, autorizando a alienação dos bens da fundação.
- c) Deve requerer a extinção imediata da fundação, uma vez comprovada a prática de ato irregular.
- d) Pode promover auditorias e estudos técnicos às expensas da fundação, e emitir parecer prévio sobre a alienação patrimonial.
- e) Está impedido de adotar qualquer providência direta, cabendo à Defensoria Pública atuar em nome do interesse social.

44. Ao receber um ofício da Polícia Civil noticiando possível crime contra a administração pública praticado por agentes públicos municipais, o Promotor de Justiça Marcos decidiu instaurar de ofício um procedimento investigatório criminal (PIC). Para isso, lavrou portaria fundamentada, indicou os fatos a serem apurados e iniciou diligências preliminares. Trinta dias depois, após outras peças chegarem, o promotor recebeu novas representações envolvendo fatos distintos, mas conexos.

Com base na Resolução GPGJ nº 1.678/2011, é correto afirmar:

- a) A instauração de ofício é vedada, devendo o Promotor requisitar inquérito policial à autoridade competente.

- b) O membro do MP pode instaurar PIC de ofício, mas não pode presidi-lo após o oferecimento da denúncia.

- c) A portaria inicial não pode ser aditada, devendo o Promotor instaurar novo procedimento para apurar os novos fatos.

- d) O Promotor pode prosseguir na presidência do PIC e aditar a portaria para incluir os novos fatos conexos.

- e) O Promotor não tem competência para diligências no PIC, devendo encaminhar as peças diretamente ao Juizado Especial Criminal.

45. O cidadão Henrique encaminhou denúncia ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por e-mail, relatando possíveis irregularidades em contratos de merenda escolar no município onde reside. A promotora responsável, ao analisar o material, constatou que as informações estavam incompletas e carentes de qualquer prova mínima, intimando o denunciante para complementá-las. Ocorre que Henrique não atendeu à intimação no prazo estipulado.

Com base na Resolução CPGJ n. 2227/2018, a promotora poderá:

- a) Indeferir a notícia de fato, por ausência de provas mínimas, independentemente de intimação ao noticiante.

- b) Indeferir a notícia de fato, em razão da ausência de complementação, após oportunizar ao noticiante a apresentação dos elementos faltantes.

- c) Indeferir a notícia de fato somente após realizar diligências preliminares obrigatórias para suprir a omissão.

- d) Encaminhar a notícia de fato diretamente ao Juizado Especial Cível, pois trata-se de irregularidade administrativa.

- e) Arquivar liminarmente a notícia de fato sem qualquer manifestação formal, por tratar-se de documento eletrônico.

TUTELA COLETIVA E DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Ricardo Torques

46. O adolescente A.B.C teria sido apresentado ao Ministério Público em virtude do cometimento de ato infracional análogo ao delito de furto, antes do início de qualquer procedimento judicial. O promotor de justiça responsável, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua menor participação no ato, entendeu por bem em conceder remissão. Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente acerca do tema, assinale a alternativa correta:

- a) Somente o juiz pode conceder remissão.
- b) A remissão pelo Ministério Público pode ocorrer tanto antes quanto após o início de eventual procedimento judicial.
- c) A remissão implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade.
- d) A remissão prevalece para efeitos de antecedentes.
- e) A medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público

47. Pedro, 10 anos, encontra-se inserido em programa de acolhimento familiar. Paulo, 9 anos, por sua vez, encontra-se inserido em programa de acolhimento institucional. Segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, a reavaliação da situação das crianças deverá ocorrer:

- a) No máximo a cada 3 meses, tanto para Pedro quanto para Paulo.
- b) No mínimo a cada 3 meses, tanto para Pedro quanto para Paulo.
- c) No máximo a cada 6 meses, tanto para Pedro quanto para Paulo.

d) No mínimo a cada 6 meses, tanto para Pedro quanto para Paulo.

e) No máximo a cada 3 meses para Pedro, e a cada 6 meses para Paulo.

48. Em determinado procedimento submetido aos ritos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o juízo proferiu sentença destituindo o poder familiar de Pedro em relação aos seus filhos menores e incapazes. Inconformado, Pedro pretende recorrer da sentença. De acordo com o disposto no ECA, é correto afirmar que:

- a) O recurso dependerá de preparo.
- b) Adota-se o sistema recursal do Código de Processo Penal.
- c) O prazo para recurso é de 5 (cinco) dias, ressalvados os embargos de declaração.
- d) Há previsão de efeito regressivo no caso de interposição de recurso.
- e) Os recursos terão preferência de julgamento e exigirão revisor.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Lígia Carvalheiro

49. Considerando que a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar, a formalização desta parceria se dá por meio de:

- a) contrato de direito privado ou convênio de direito público
- b) contrato ou convênio de direito privado
- c) contrato ou convênio de direito público
- d) contrato de direito público ou convênio de direito público ou privado
- e) contrato ou convênio de direito privado ou público

LEI NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO*André Rocha*

50. Sobre a Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e a Lei de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assinale a alternativa correta.

- a) Consideram-se serviços públicos de saneamento o abastecimento de água potável; o esgotamento sanitário; a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, a drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; e a gestão de recursos hídricos.
- b) Na ordem de prioridade que deve ser seguida na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, a reutilização vem logo após a reciclagem.
- c) O Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa) é um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- d) Quando houver interesse comum, exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento os municípios, estado e União.
- e) O plano estadual de resíduos sólidos deve ser elaborado para vigência por prazo de 20 (vinte) anos, com revisões a cada 4 (quatro) anos.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

51. Durante uma audiência pública organizada para debater a importância dos princípios fundamentais para a consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, a professora Juliana, especialista em Direito Constitucional, apresentou um caso hipotético para discussão.

No caso, um Estado fictício da federação brasileira aprovou uma legislação local que instituiu restrições severas à liberdade de expressão dos cidadãos, justificando a medida como necessária para a manutenção da ordem pública. A legislação foi contestada e julgada perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

No decorrer do processo, o STF, apoiando-se nos artigos 1º ao 4º da Constituição Federal, destacou que a legislação violava princípios fundamentais, reiterando o papel central desses princípios na proteção dos direitos e garantias fundamentais e na conformação da ordem constitucional.

Com base nesse cenário, considere as seguintes afirmativas:

- a) O STF entendeu que a liberdade de expressão é um valor supremo que se sobrepõe a qualquer outro princípio fundamental, inclusive à soberania popular.
- b) Nos fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme estabelecido no artigo 1º da CF, está incluído o pluralismo político, o que reforça a necessidade de proteção à liberdade de expressão.
- c) A independência nacional, conforme o artigo 4º da CF, justifica o controle restritivo sobre a liberdade de expressão quando esse controle é exercido por normatização federal.
- d) A dignidade da pessoa humana é um princípio que se aplica apenas às relações entre o Estado brasileiro e cidadãos nacionais, conforme delimitado pela Constituição Federal.
- e) A República Federativa do Brasil, segundo o artigo 3º da CF, constitui-se em Estado Democrático de Direito com o objetivo fundamental de erradicar a marginalização, o que inclui garantir a liberdade de expressão para todos.

52. Em meio a uma grave crise ambiental provocada por desmatamentos ilegais em larga escala, o Presidente da República concedeu entrevista coletiva na qual anunciou que determinaria ao Ministro do Meio Ambiente, ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Poder Judiciário a adoção imediata de medidas de fiscalização, apuração de responsabilidades e aplicação de sanções aos infratores. Além disso, afirmou que se o Ministro do Meio Ambiente não cumprisse a determinação presidencial seria exonerado do cargo.

À luz da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) o Presidente da República possui competência para determinar as medidas a serem adotadas pelo MPF e pelo Judiciário em situações excepcionais, como as que envolvem crise ambiental.
- b) o chefe do Poder Executivo pode exonerar o Ministro do Meio Ambiente, mas não pode impor comandos vinculantes ao Ministério Público Federal nem ao Poder Judiciário.
- c) o Presidente pode exonerar o Ministro do Meio Ambiente e determinar medidas tanto ao MPF quanto ao Judiciário, desde que haja decreto de intervenção federal.
- d) a atuação do Presidente da República está amparada no princípio da supremacia do interesse público, que justifica o comando vinculante a todos os órgãos do Estado.
- e) a crise ambiental justifica o exercício do poder de polícia direta pelo Chefe do Executivo, inclusive sobre órgãos com autonomia funcional, como o Ministério Público.

53. Um Senador da República está sob investigação por suposto crime de peculato cometido durante seu mandato. Durante a investigação, o Delegado solicita a prisão preventiva do parlamentar, que é então decretada por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que supervisiona o procedimento. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmação correta:

- a) Um Senador da República só pode ser detido após o trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória.
- b) A prisão preventiva do Senador não poderia ter sido decretada devido à imunidade formal conferida pelo seu cargo.
- c) A prisão preventiva do Senador não poderia ter sido decretada devido à imunidade material conferida pelo seu cargo.
- d) A decretação de prisão preventiva de um Senador exige manifestação da respectiva casa legislativa.
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça analisar medidas cautelares em infrações penais comuns envolvendo Senadores da República.

54. Em 2023, o Presidente da República, ao enfrentar uma crise internacional envolvendo um tratado comercial previamente aprovado pelo Congresso Nacional, decidiu denunciá-lo, argumentando que isso seria necessário para proteger os interesses econômicos nacionais. Paralelamente, expediu um decreto autônomo reorganizando setores estratégicos da administração pública, justificando a necessidade de modernização e eficiência administrativa.

Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) O Presidente da República pode denunciar o tratado internacional, mas, para que a denúncia produza efeitos no ordenamento jurídico interno, é necessária a aprovação do Congresso Nacional.
- b) O decreto autônomo expedido pelo Presidente da República é inconstitucional, pois a reorganização da administração pública só pode ser feita por lei ou medida provisória.
- c) O Presidente da República pode expedir decreto autônomo para reorganizar setores da administração pública, inclusive criando órgãos públicos.
- d) O Presidente da República não pode denunciar tratados internacionais, pois a denúncia de tratados é de competência exclusiva do Congresso Nacional.
- e) Tanto a denúncia do tratado quanto a expedição do decreto autônomo são atos discricionários e exclusivos do Presidente da República, uma vez que independem de qualquer anuência do Poder Legislativo.

55. Maria e Carlos são vizinhos confrontantes em um bairro residencial e têm problemas frequentes devido ao barulho gerado por uma oficina que Carlos administra em sua propriedade. Sendo uma área predominantemente residencial, Maria está preocupada com a possibilidade de desvalorização do seu imóvel, que é de alto luxo, dada as suas excelentes condições financeiras, além do incômodo diário. Ao conversar com os demais vizinhos, eles informaram que o barulho produzido na oficina não chega a perturbá-los. Decidida a resolver a situação, Maria considera a possibilidade de mover uma ação contra Carlos para cessar as atividades da oficina.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- a) Maria deve procurar um juiz de paz para resolver a questão, pois este tipo de conflito não pode ser judicializado.
- b) Por se tratar de questões relativas a poluição sonora, de interesse difuso, Maria pode recorrer diretamente ao Ministério Público para mover a ação.
- c) Maria precisa de um advogado ou de acesso à Defensoria Pública para ajuizar uma ação de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) por se tratar de interesse privado e em razão da situação pessoal de Maria, ela precisa de um advogado para o ajuizamento da ação, não de um Defensor Público;
- e) por dizer respeito ao direito de propriedade, que tem a natureza de direito fundamental, a ação pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

56. Em determinado país, foi elaborada uma nova Constituição por uma Assembleia Nacional Constituinte, após um processo democrático e com ampla participação da sociedade civil. A nova Constituição, contudo, apesar de democrática se apresentava dissonante da realizada sociopolítica, não conseguindo de forma efetiva regulamentar a sociedade, sendo constantemente desrespeitada por práticas políticas contrárias às suas normas e princípios.

Com base na classificação doutrinária das constituições, é correto afirmar que a Constituição do referido país é:

- a) cesarista, pois resultou de um pacto entre a sociedade civil e o governante centralizador.
- b) histórica, pois se desenvolveu a partir dos costumes da sociedade ao longo do tempo.
- c) nominal, pois, apesar de vigente formalmente, não possui força normativa real.
- d) dirigente, por estabelecer metas e objetivos de transformação social.
- e) flexível, já que pode ser facilmente desrespeitada por não ter rigidez formal.

57. Em uma audiência pública sobre planejamento orçamentário nacional, um deputado federal afirmou que determinadas regiões do país deveriam receber maior atenção do Poder Público, inclusive com benefícios fiscais, obras de infraestrutura prioritária e repasses adicionais, ainda que isso representasse um tratamento desigual em relação às demais regiões. Segundo o parlamentar, tais medidas estariam em conformidade com os objetivos constitucionais da República.

À luz da Constituição Federal de 1988, a afirmação do parlamentar:

- a) revela desrespeito ao princípio federativo, que exige tratamento igualitário e simétrico entre os entes da Federação.

- b) é incompatível com a ordem constitucional, por afrontar o postulado da isonomia entre os cidadãos de diferentes regiões.
- c) encontra respaldo nos objetivos fundamentais da República, especialmente na promoção da redução das desigualdades regionais.
- d) viola a legalidade, pois não há previsão constitucional para diferenciação de tratamento entre regiões dentro da política orçamentária.
- e) pressupõe emenda constitucional para ser viabilizada, em razão da exigência de uniformidade na aplicação dos recursos públicos.

58. Em meio a uma grave crise ambiental provocada por desmatamentos ilegais em larga escala, o Presidente da República concedeu entrevista coletiva na qual anunciou que determinaria ao Ministro do Meio Ambiente, ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Poder Judiciário a adoção imediata de medidas de fiscalização, apuração de responsabilidades e aplicação de sanções aos infratores. Além disso, afirmou que se o Ministro do Meio ambiente não cumprisse a determinação presidencial seria exonerado do cargo.

À luz da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) o Presidente da República possui competência para determinar as medidas a serem adotadas pelo MPF e pelo Judiciário em situações excepcionais, como as que envolvem crise ambiental.
- b) o chefe do Poder Executivo pode exonerar o Ministro do Meio Ambiente, mas não pode impor comandos vinculantes ao Ministério Público Federal nem ao Poder Judiciário.
- c) o Presidente pode exonerar o Ministro do Meio Ambiente e determinar medidas tanto ao MPF quanto ao Judiciário, desde que haja decreto de intervenção federal.
- d) a atuação do Presidente da República está amparada no princípio da supremacia do interesse público, que justifica o comando vinculante a todos os órgãos do Estado.
- e) a crise ambiental justifica o exercício do poder de polícia direta pelo Chefe do Executivo, inclusive sobre órgãos com autonomia funcional, como o Ministério Público.

59. Maria e Carlos são vizinhos confrontantes em um bairro residencial e têm problemas frequentes devido ao barulho gerado por uma oficina que Carlos administra em sua propriedade. Sendo uma área predominantemente residencial, Maria está preocupada com a possibilidade de desvalorização do seu imóvel, que é de alto luxo, dada as suas excelentes condições financeiras, além do incômodo diário. Ao conversar com os demais vizinhos, eles informaram que o barulho produzido na oficina não chega a perturbá-los. Decidida a resolver a situação, Maria considera a possibilidade de mover uma ação contra Carlos para cessar as atividades da oficina.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- a) Maria deve procurar um juiz de paz para resolver a questão, pois este tipo de conflito não pode ser judicializado.
- b) Por se tratar de questões relativas a poluição sonora, de interesse difuso, Maria pode recorrer diretamente ao Ministério Público para mover a ação.
- c) Maria precisa de um advogado ou de acesso à Defensoria Pública para ajuizar uma ação de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) por se tratar de interesse privado e em razão da situação pessoal de Maria, ela precisa de um advogado para o ajuizamento da ação, não de um Defensor Público;
- e) por dizer respeito ao direito de propriedade, que tem a natureza de direito fundamental, a ação pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

60. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O controle concentrado de constitucionalidade é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal através das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.

- b) No controle difuso, cabe ao Congresso Nacional suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em decisão com efeitos vinculantes.
- c) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão pode ser proposta para questionar a omissão do Poder Público em relação à implementação de normas constitucionais.
- d) O controle de constitucionalidade preventivo deve ser exercido exclusivamente pelo Presidente da República ao vetar projetos de lei que considere inconstitucional.
- e) No Brasil, qualquer cidadão tem legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. No que se refere a classificação das obrigações, assinale a alternativa correta

- a) A obrigação de dar é sempre classificada como de resultado, pois seu cumprimento exige necessariamente a obtenção de um resultado específico.
- b) A obrigação de fazer tem como característica principal a entrega de uma coisa móvel ou imóvel.
- c) A obrigação de não fazer caracteriza-se por exigir do devedor uma abstenção de conduta, sob pena de responder por perdas e danos.
- d) A obrigação de dar coisa incerta obriga o devedor a entregar determinado bem já individualizado desde o início da obrigação.
- e) A obrigação de fazer se exaure apenas com a entrega da coisa, independentemente da realização de qualquer atividade pelo devedor.

62. Sobre as obrigações solidárias e as obrigações indivisíveis no âmbito do Direito das Obrigações, assinale a alternativa correta

- a) A obrigação indivisível exige pluralidade de credores ou devedores, enquanto a obrigação solidária pode existir com apenas um credor e um devedor.
- b) A solidariedade depende da natureza da prestação, ao passo que a indivisibilidade decorre exclusivamente da vontade das partes.
- c) Na obrigação indivisível com pluralidade de devedores, o inadimplemento de um deles implica a responsabilização dos demais, que respondem apenas por sua quota-parte.
- d) A solidariedade ativa permite que qualquer dos credores cobre a totalidade da dívida, independentemente de autorização dos demais.
- e) A obrigação indivisível se transforma em obrigação solidária caso um dos devedores preste a totalidade da obrigação.

63. No tocante à transmissão e ao adimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta

- a) A assunção de dívida independe da anuência do credor, bastando o acordo entre o devedor e o assuntor.
- b) O pagamento realizado por terceiro juridicamente interessado confere a este o direito à sub-rogação legal.
- c) A cessão de crédito depende sempre de aceitação expressa do devedor para que produza efeitos.
- d) O pagamento realizado por terceiro desinteressado, ainda que antes do vencimento, sub-roga este nos direitos do credor.
- e) A novação extingue o vínculo obrigacional anterior, substituindo-o por nova relação jurídica com idêntico conteúdo.

64. Considerando as disposições do Estatuto da Terra sobre a estrutura fundiária, uso e posse da terra e contratos agrários, assinale a alternativa correta

- a) A definição de módulo rural independe das peculiaridades ecológicas e socioeconômicas regionais, sendo uniformemente aplicada em todo o território nacional para garantir segurança jurídica.
- b) A divisão de imóvel rural em área inferior à dimensão mínima do módulo de propriedade rural é vedada em qualquer hipótese, inclusive nos programas oficiais de apoio à agricultura familiar.
- c) Na parceria rural, a quota pertencente ao proprietário nos frutos da produção pode ser fixada livremente pelas partes, desde que pactuada em valor prefixado em moeda corrente.
- d) A ausência de notificação ao arrendatário sobre a alienação do imóvel arrendado não impede o exercício do direito de preferência, desde que este requeira o bem no prazo legal e deposite o valor da venda.
- e) Os contratos de parceria agrícola são regidos exclusivamente pelas normas da CLT e do Código Civil, em razão de sua natureza híbrida entre trabalho e locação.

65. À luz da Lei nº 6.766/1979, sobre o parcelamento do solo urbano, assinale a alternativa correta

- a) O desmembramento de gleba urbana dependerá de aprovação estadual sempre que implicar em subdivisão de área superior a um hectare.
- b) As áreas destinadas a espaços livres, praças e equipamentos públicos podem ter sua destinação alterada pelo loteador, desde que aprovadas pelo Município após o registro do loteamento.
- c) A ausência de título de propriedade impede o registro do loteamento em qualquer hipótese, inclusive quando promovido pelo poder público em áreas com desapropriação judicial em curso.
- d) O compromisso de compra e venda de lotes é irrevogável e gera direito real oponível a terceiros, desde que registrado e contenha cláusula que atribua ao comprador o direito à adjudicação compulsória.
- e) A venda de lotes em parcelamentos não registrados é admitida desde que acompanhada de escritura pública, com assinatura de duas testemunhas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

66. Carlos recentemente foi nomeado analista do Ministério Público do Rio de Janeiro e está exercendo as suas funções em uma promotoria que atua em vara cível, auxiliando na elaboração de minutas com a supervisão do Promotor de Justiça competente. Em determinada ação de obrigação de fazer proposta contra o Estado do Rio de Janeiro, o Juízo abriu vista ao Ministério Público e Carlos foi o responsável por elaborar a referida minuta. Considerando o caso narrado e o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

b) Caso o processo envolva interesse público ou social, o Ministério Público, de fato, deveria ser intimado.

c) Em se tratando de processo eletrônico, será dispensada a intimação pessoal do Ministério Público, sendo suficiente a publicação no diário oficial.

d) Diferentemente da Defensoria Pública, ao Ministério Público aplica-se o benefício da contagem em dobro ainda quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio.

e) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes.

67. Tramita na comarca de Rio das Ostras/RJ um litígio coletivo pela posse de terra urbana. Houve citação, apresentação de defesa, réplica e decisão saneadora do feito, não tendo sido determinada a produção de nenhuma prova, uma vez que o juízo entendeu que a matéria era exclusivamente de direito. Após a conclusão para sentença, o juízo percebeu a inexistência de intimação do Ministério Público. Sobre a situação narrada e o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) A ausência de intimação do Ministério Público implica em nulidade insanável, independentemente da existência ou não de prejuízo.

b) Por se tratar de nulidade, para a sua decretação não será necessária a prévia manifestação do Ministério Público.

c) Litígios coletivos pela posse de terra urbana não são casos que demandam a intervenção do Ministério Público.

d) Caso seja reconhecida a nulidade, essa deverá retroagir até o despacho inicial.

e) A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.

68. Mévio, 30 anos, era um famoso cantor na cidade de São Gonçalo/RJ que veio a falecer recentemente em um acidente automobilístico. Considerando a existência de patrimônio considerável em virtude da sua carreira artística, deixou diversos bens a inventariar em diversas localidades do Estado. Para além disso, frutos dos seus relacionamentos esporádicos, deixou três filhos menores e incapazes. Considerando o caso narrado e também o constante no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Embora deva ser intimado de todos os atos do processo, o Ministério Público não possuiaria legitimidade para o ajuizamento da ação de inventário, no caso.
- b) Não se admite a remoção de ofício de inventariante, ante o princípio da inércia da jurisdição.
- c) O incidente da remoção de inventariante, caso suscitado, correrá em apenso aos autos do inventário.
- d) Aquele que se julgar preterido poderá demandar sua admissão no inventário, requerendo-a antes das primeiras declarações.
- e) É necessária a expedição de carta precatória para avaliação de bens situados fora da comarca onde estiver correndo o inventário ainda que sejam de pequeno valor ou perfeitamente conhecidos do perito nomeado.

69. Tramita na comarca de Magé/RJ execução de alimentos visando a prisão do alimentante. Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca do tema, assinale a alternativa correta:

- a) Devidamente citado, o executado terá o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento.
- b) Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento.
- c) Eventual prisão será cumprida em regime fechado, não havendo separação dos presos comuns.

d) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 6 (seis) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.

e) No caso de eventual prisão, o cumprimento da pena exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas, sob pena de *bis in idem*.

70. Tramita na comarca de Niterói/RJ ação visando a interdição de Tício, 20 anos, em virtude de doença mental grave proposta por seu cônjuge com pedido liminar de nomeação de curador provisório. Considerando o caso narrado e o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Justificada a urgência, o juiz pode nomear curador provisório ao interditando para a prática de determinados atos.
- b) O requerente poderá juntar laudo médico para fazer prova de suas alegações.
- c) O Ministério Público somente intervirá como fiscal da ordem jurídica caso haja interesse de menor.
- d) A curatela deve ser atribuída à autora da ação.
- e) Sendo decretada a interdição, em caso de superveniência de cessação da causa que a determinou, somente o próprio interdito poderá requerer o seu levantamento.

DIREITO PENAL*Ivo Martins*

71. Antônia trabalha há muitos anos como instrumentadora cirúrgica e tem bastante experiência na sua atuação. Sabe que, via de regra, os centros cirúrgicos exigem tipos especiais de calçados para acesso. Tendo em vista sua larga experiência com a atividade de instrumentação, Antônia passa a utilizar sapatos de salto alto, por ser muito vaidosa, e por ter certeza de que este fato não irá comprometer sua atividade. Antônia, certo dia, escorrega durante a atividade de instrumentação e derruba a mesa auxiliar de instrumentação, caindo alguns objetos na área cirúrgica. O acidente ocasionou danos graves no paciente, com seqüela cicatricial não esperada ao tipo de procedimento a que se submetia. Neste caso, é possível dizer que a conduta de Antônia, que implicou no resultado lesivo ao paciente, foi praticada com

- a) dolo eventual.
- b) culpa inconsciente, na modalidade imperícia.
- c) culpa consciente, na modalidade imprudência.
- d) culpa inconsciente, na modalidade imprudência.
- e) culpa consciente, na modalidade imperícia.

72. Júlio, maior e capaz, agindo com dolo, teve conjunção carnal e praticou atos libidinosos diversos em detrimento de Vanessa, adolescente com treze anos de idade. Registre-se que, muito embora não fosse a intenção de Júlio, a ofendida, em razão das condutas perpetradas, suportou lesão corporal de natureza grave. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Júlio responderá pelo(s) crime(s) de:

- a) estupro qualificado, pois, em razão da conduta, a ofendida suportou lesão corporal de natureza grave;
- b) estupro de vulnerável qualificado, pois, em razão da conduta, a ofendida suportou lesão corporal de natureza grave;

- c) estupro de vulnerável e lesão corporal grave, em concurso material;
- d) estupro de vulnerável e lesão corporal grave, em concurso formal;
- e) estupro e lesão corporal grave, em concurso material.

73. O conceito de funcionário público para fins penais não se confunde com o conceito para outros ramos do Direito. Em sendo crime próprio praticado por funcionário público contra a Administração, aplica-se o artigo 327 do Código Penal, que apresenta um conceito amplo de funcionário público para efeitos penais. Por outro lado, o artigo respeita o princípio da legalidade, disciplinando expressamente em que ocasiões determinado indivíduo será considerado funcionário público para fins de definição do sujeito ativo de crimes próprios. Sobre o tema ora tratado e de acordo com o dispositivo acima mencionado, é correto afirmar que:

- a) exige-se o requisito da permanência para que seja reconhecida a condição de funcionário público no campo penal;
- b) somente pode ser considerado funcionário público aquele que recebe qualquer tipo de remuneração no exercício de cargo, emprego ou função pública;
- c) aquele que exerce cargo em autarquias, entidades paraestatais ou fundações públicas, não é considerado funcionário público para efeitos penais;
- d) o perito judicial não é considerado funcionário público para efeitos penais, já que apenas exerce a função transitória;
- e) é equiparado a funcionário público, para efeitos penais, aquele que trabalha para empresa contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

LEGISLAÇÃO PENAL*Antônio Pequeno*

74. Ricardo, servidor público, foi condenado mais uma vez pelo crime de abuso de autoridade, de acordo com a Lei Nº 13869/2019, por isso foi gerada a sua reincidência específica em crimes dessa natureza. Para que este indivíduo venha perder o cargo é necessário:

- a) Que o juiz de forma motivada venha a declarar na sentença a perda do cargo.
- b) Não é necessário que o juiz de forma motivada venha a declarar na sentença a perda do cargo, porque o efeito é automático.
- c) Basta uma condenação, ou seja, não é necessário a reincidência específica.
- d) Ele não precisava ser reincidente específico para perder o cargo, basta que o juiz declare de forma motivada na sentença.
- e) Para perder o cargo o servidor não pode ser estável.

75. Maria foi agredida fisicamente pelo seu marido, sendo vítima do crime de lesão corporal leve (art.129, §13, do CP), sob o contexto de violência doméstica e familiar. Com base nessa situação hipotética e de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, marque a alternativa abaixo que traga a resposta correta.

- a) Poderá ser aplicado para o marido de Maria o instituto da transação penal.
- b) Poderá ser aplicado para o marido de Maria o instituto da suspensão condicional do processo.
- c) Poderá ser aplicado para o marido de Maria o instituto da composição civil dos danos.
- d) Poderá ser aplicado para o marido de Maria o princípio da insignificância, caso seja comprovado que as lesões sejam ínfimas.
- e) O tipo de ação penal desse crime, sob esse contexto, é pública incondicionada.

76. Carlos foi condenado pelo crime de tráfico de drogas, com esteio no art. 33, “caput”, da Lei Nº 11343/2006, e pelo crime de associação para o tráfico (Art. 35 da Lei Nº 11343/2006). Com base nessa situação hipotética, ele não poderá:

- a) Progredir de regime.
- b) Obter o Livramento condicional.
- c) Remir a pena.
- d) Obter o tráfico privilegiado, porque de acordo com o STJ é sinônimo que ele se dedica às atividades criminosas.
- e) Recorrer da decisão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araujo*

77. Foi instaurado inquérito policial no âmbito da polícia civil do Rio de Janeiro, *ex officio*, para apurar a ocorrência de crime de extorsão (reclusão, de 04 a 10 anos, e multa), crime de ação penal pública incondicionada, cujo autor teria sido Arnaldo. No curso das investigações, e após representação do delegado de polícia, o Juízo decretou a prisão preventiva do indiciado, para a garantia da ordem pública, dado o elevado risco de reiteração delitiva.

Nesse caso, de acordo com o CPP e a jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá se encerrar no prazo de 10 dias, a contar de sua instauração, sob pena de ilegalidade automática da prisão, com o consequente relaxamento e colocação do custodiado em liberdade.
- b) O investigado terá direito de constituir defensor para acompanhar o inquérito, mas o defensor não terá acesso aos autos do referido procedimento.
- c) Dada a dispensabilidade, característica do inquérito policial, o delegado não poderia ter instaurado inquérito policial *ex officio*, já que o Ministério Público poderia dispensar o inquérito.
- d) Eventual arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia impedirá a retomada futura das investigações, ainda que haja notícia da existência de prova nova.
- e) Em caso de manifestação de arquivamento pelo MP, além da vítima ou de seu representante legal, a autoridade judicial competente também poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, caso verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento.

78. Bernardo praticou o crime de estelionato simples (Pena: 01 a 05 anos de reclusão e multa), tendo sido indiciado pela autoridade policial ao final das investigações. Bernardo permaneceu em silêncio durante seu interrogatório em sede policial, bem como consta que, apesar de primário, Bernardo já foi beneficiado anteriormente (há 08 anos) com uma transação penal pela prática de infração de menor potencial ofensivo.

Nesse caso, acerca do acordo de não persecução penal (ANPP), é correto afirmar que:

- a) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por ser crime cuja pena máxima ultrapassa 04 anos de privação da liberdade
- b) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, pois Bernardo já foi beneficiado anteriormente com transação penal
- c) O fato de Bernardo ter permanecido em silêncio durante seu interrogatório em sede policial é obstáculo ao oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal, já que se exige a confissão formal e circunstanciada da prática da infração
- d) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, cabendo ao membro do MP a homologação do acordo
- e) Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor

79. Diego foi preso em flagrante por policiais militares logo após subtrair, mediante grave ameaça exercida com uma tesoura, o celular de um turista nas imediações da praia Copacabana, Rio de Janeiro-RJ. Conduzido à presença da autoridade policial, foi lavrado o APFD pelo crime de roubo circunstanciado e, posteriormente, designada a audiência de custódia pelo Juiz competente. Na audiência de custódia, sem que tivesse havido requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, o Juiz decretou a prisão preventiva de Diego, para a garantia da ordem pública, em razão da extensa ficha criminal do custodiado, indicativo de elevado risco de reiteração delitiva. No dia seguinte, a autoridade policial, sem ter conhecimento de que já havia sido decretada de ofício a prisão preventiva de Diego, representou ao Juiz pela decretação da referida prisão cautelar. A defesa de Diego, inconformada com a decretação *ex officio* da prisão preventiva, impetrou habeas corpus perante o TJRJ.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Deve ser relaxada a prisão preventiva decretada, eis que não pode o Juiz decretar a prisão preventiva de ofício
- b) Deve ser relaxada a prisão preventiva decretada, eis que não pode o Juiz decretar a prisão preventiva de ofício, salvo em caso de crime cuja pena máxima seja superior a 12 anos
- c) O Juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva de ofício, mas a posterior representação da autoridade policial sana o vício, de forma que a prisão preventiva não deve ser relaxada
- d) O Juiz não poderia ter decretado a prisão preventiva, eis que o crime em questão não admite tal modalidade de prisão cautelar
- e) O Juiz agiu corretamente ao decretar a prisão preventiva de ofício, ante as circunstâncias do caso concreto, pois a conversão da prisão em flagrante em preventiva não depende de provocação

80. No curso de determinado processo criminal instaurado em desfavor de Guilherme pela prática do crime de importunação sexual (art. 215-A do CP - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave), a defesa do réu requereu ao Juízo o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e a consequente extinção da punibilidade. O Juízo, porém, indeferiu o pedido formulado. Inconformada, a defesa de Guilherme deverá:

- a) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- b) impetrar habeas corpus, por não haver recurso cabível na hipótese.
- c) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- d) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- e) interpor recurso de apelação, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas concomitantemente

Discursiva

O crime organizado se consolidou como uma das principais ameaças à segurança pública no Brasil, especialmente nas grandes cidades. Em estados como o Rio de Janeiro, facções criminosas e milícias disputam territórios e exercem poder paralelo em comunidades, promovendo violência e desestabilização social. O Estado, por sua vez, tem adotado políticas públicas de enfrentamento, que vão desde ações ostensivas das forças de segurança até medidas voltadas à inteligência policial e à prevenção social. Contudo, os resultados dessas políticas são frequentemente contestados quanto à sua efetividade e à observância dos direitos humanos.

Com base na leitura do texto acima e em seus conhecimentos sobre o tema, redija um texto dissertativo, discutindo a efetividade das políticas públicas de segurança no combate ao crime organizado no Brasil. Em seu texto, aborde:

- A complexidade do enfrentamento ao crime organizado no país;
- O papel das políticas públicas de segurança e seus principais desafios;
- A importância do respeito aos direitos fundamentais no combate à criminalidade.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
